A ATUAÇÃO MINISTERIAL EM RELAÇÃO ÀS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO: IMPACTOS DA RESOLUÇÃO Nº 300/2024 DO CNMP

Alexandre Jorge do Amaral Nóbrega

Promotor de Justiça do Ministério Público da Paraíba

Resumo

Este artigo analisa a recente decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que disciplina a atuação ministerial no velamento das fundações privadas e públicas de direito privado. A uniformização normativa promovida pela Resolução nº 300/2024 impôs uma redefinição das atribuições ministeriais, especialmente no que tange à exclusão das fundações públicas de direito privado do regime de velamento pelo Ministério Público. A problemática central consiste em avaliar os impactos dessa exclusão na tutela do interesse público e na fiscalização dessas entidades, considerando a natureza híbrida de sua estrutura jurídica. O estudo se propõe a responder: de que forma a nova disciplina normativa afeta a atuação das Promotorias de Justiça especializadas? Como se dará o acompanhamento dessas fundações a partir da redistribuição das competências fiscalizatórias? Para responder a essas questões, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, com análise doutrinária, normativa e jurisprudencial, além do exame da atuação concreta da 40ª Promotoria de Justiça de Fundações e Patrimônio Público de João Pessoa. O estudo busca demonstrar os mecanismos institucionais e administrativos que garantirão a continuidade da fiscalização dessas entidades, mesmo com a nova delimitação das atribuições ministeriais, promovendo segurança jurídica e transparência na gestão dos recursos públicos.

Palavras-chave: Ministério Público; fundações; tradução; CNMP; fundamentos públicos do direito privado.

Abstract

This article analyzes the recent decision by the National Council of the Public Ministry (CNMP) that regulates the role of the Public Ministry in overseeing private and public foundations governed by private law. The study addresses the impact of this decision on the work of the 40th Public Prosecutor's Office for Foundations and Public Assets in João Pessoa, with a critical analysis of the effects of normative standardization. The

exclusion of public foundations governed by private law from ministerial oversight and the implications of this measure are also examined. This paper aims to contribute to the understanding of the differentiated legal regime applicable to foundations and the rationalization of ministerial functions.

Keywords: Public Ministry; foundations; oversight; CNMP; public foundations of private law.

1 Introdução

O Ministério Público brasileiro possui, entre suas diversas atribuições constitucionais e legais, o dever de zelar pelas fundações privadas, conforme disposto no artigo 66 do Código Civil. Essa atuação de significativa importância é bem representada pela expressão de conteúdo amplo conhecida como "velamento", que visa assegurar que as fundações atuem de acordo com suas finalidades institucionais, garantindo a correta administração de seu patrimônio e o cumprimento de sua função social.

Registramos, de início, que a expressão "velamento" não deve ser compreendida apenas numa ótica policial, no sentido de fiscalizar, investigar, como se o papel do *Parquet* no Terceiro Setor fosse guiado só, e tão somente, pela desconfiança eterna de que os bens de tais entidades estão sendo apropriados pelos seus integrantes ou que tais instituições foram criadas com o escopo de auferirem recursos em prol dos seus administradores.

Dentro dessa cadeia de observação, o autor Tomáz de Aquino Rezende, ao apreciar o tema, enfatiza que:

Na verdade, ao que se traduz da legislação, já aceito pela jurisprudência e pela doutrina, referido vocábulo significa que, além de estar de sentinela (exercer vigilância), também patrocina e protege. Uma função mais pedagógica e de parceria do que policial ou punitiva. (Rezende, 2006, p. 73).

Uma vez delimitado o sentido da expressão velamento, é oportuno destacar que, embora a prática do velamento fundacional no Brasil apresentasse convergências na maior parte das ações das diversas

unidades do Ministério Público, algumas vertentes de atuação revelavam diferenças pontuais em relação às atribuições e à fiscalização das fundações privadas. Essas divergências geraram a necessidade de uma uniformização nacional, pois acarretavam interpretações variadas quanto ao alcance e aos limites do velamento, resultando em falta de padronização em determinadas circunstâncias.

Em resposta a essa realidade, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, em 10 de setembro de 2024, durante sua 13ª Sessão Ordinária, a Proposição nº 1.00601/2023-52, com o objetivo de disciplinar e padronizar, em âmbito nacional, a atuação do Ministério Público no velamento das fundações de direito privado. A decisão, fruto dos trabalhos conduzidos pelo Grupo de Trabalho do Terceiro Setor, presidido pelo Conselheiro Otávio Luiz Rodrigues Júnior, estabeleceu diretrizes claras para uniformizar as atribuições ministeriais, promovendo uma maior eficiência na fiscalização dessas entidades. No processo de construção da normatização aprovada, contou-se com a participação do signatário, na condição de membro honorário do referido Grupo de Trabalho, contribuindo para as discussões que culminaram na proposta final.

Entre os diversos pontos tratados pela decisão, um dos mais relevantes foi a vedação expressa do velamento das fundações públicas de direito privado, medida que corrige uma sobreposição de funções que até então existia entre o Ministério Público e os Tribunais de Contas. Essa exclusão do âmbito de atuação do *Parquet* tem um impacto significativo para Promotorias de Fundações, especialmente no que diz respeito àquelas entidades que, apesar de possuírem personalidade jurídica de direito privado, integram a administração pública indireta e já estão sujeitas a mecanismos de controle estatais.

Neste artigo, será abordada a importância dessa decisão no cenário jurídico nacional, com ênfase na vedação do velamento das fundações públicas de direito privado e seus reflexos na atuação da 40ª Promotoria de Justiça de Fundações e Patrimônio Público de João Pessoa. A proposta é oferecer uma análise crítica dos impactos dessa normatização, destacando como a resolução contribui para a racionalização das atribuições ministeriais e para a eficiência do controle das fundações no Brasil.

2 A decisão do CNMP e seu alcance

Conforme mencionado anteriormente, a deliberação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), proferida na 13ª Sessão Ordinária de 2024, teve como um de seus principais objetivos a uniformização da atuação do Ministério Público no velamento das fundações de direito privado. Entre as alterações mais significativas trazidas pela nova regulamentação, está a exclusão das fundações públicas de direito privado da esfera de supervisão ministerial, medida que visa solucionar a sobreposição de competências que existia entre o Ministério Público e os Tribunais de Contas, conforme será tratado a seguir.

Assim, antes de abordar especificamente a referida exclusão, é relevante ressaltar que a norma vista, sobretudo, à padronização nacional das atribuições ministeriais nessa área, conferindo maior uniformidade à fiscalização exercida pelo Ministério Público no que concerne ao velamento das fundações privadas.

Nesse contexto, o artigo 1º da Resolução aprovada dispõe o seguinte: “A presente resolução dispõe sobre a atuação do Ministério Público no velamento das fundações de direito privado, na forma do que dispõe o art. 66 do Código Civil.”

A resolução aprovada, por sua vez, diz que os ramos e unidades do Ministério Público devem instituir atos normativos próprios ou adequar os já vigentes sobre o velamento fundacional, sempre em conformidade com as regras estabelecidas pela Resolução, respeitando as especificidades locais. A redação do § 1º do artigo 1º reforça essa determinação:

§ 1º Os ramos e unidades do Ministério Público instituirão atos normativos próprios ou adequarão os já vigentes sobre o velamento fundacional, os quais deverão observar as regras contidas na presente Resolução, sem prejuízo das especificidades locais.

Assim, fica evidente o caráter imperativo da resolução, com efeito vinculativo, que visa unificar as ações do Ministério Público em todo o território nacional no que diz respeito ao velamento das entidades do Terceiro Setor. Essa normatização exige a adequação dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal às suas disposições, promovendo uma atuação mais uniforme.

Diante dessas considerações, observa-se que a recente decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) apresenta significativas modificações quanto à atuação do Ministério Público em relação ao velamento de fundações. Em especial, destaca-se a exclusão das fundações públicas de direito privado do âmbito do velamento ministerial, na medida em que tais fundações, conforme a nova redação do art. 2º da proposição aprovada, já estão submetidas ao controle do Tribunal de Contas e demais mecanismos estatais.

A proposta original do art. 2º da Resolução já previa a exclusão dessas fundações públicas de direito privado quanto ao velamento ministerial, tema que, até então, comportava entendimentos divergentes entre os Ministérios Públicos estaduais.

Nesse contexto, o Ministério Público de Minas Gerais (MP/MG), endossado pela Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (Profis), propôs a exclusão do inciso I do referido artigo, que trata exatamente dessa questão, solicitando a sua manutenção no escopo de manter a atuação do Ministério Público em face de tais entidades. A justificativa apresentada pelo MP/MG era a de que as fundações públicas de direito privado poderiam se submeter a um duplo sistema de controle, com o Ministério Público exercendo o velamento e o Tribunal de Contas o controle financeiro.

No voto do Conselheiro Relator Antônio Edílio Magalhães Teixeira, tal proposta foi amplamente discutida. O Conselheiro relator, embora reconhecendo a complexidade da matéria, manteve a exclusão das fundações públicas de direito privado com contas prestadas ao Tribunal de Contas, por entender que o Ministério Público já exerce suas atribuições de defesa do patrimônio público e probidade administrativa, não havendo necessidade de duplicidade de controle. O relator destacou:

Sobre as sugestões apresentadas, entendo, quanto à primeira, que deve prevalecer a redação original da proposta, a qual exclui da função de velamento as fundações públicas de direito privado com contas prestadas ao respectivo Tribunal de Contas, por considerar que a tutela de referidas entidades pelo Ministério Público já se dá a partir do exercício das atribuições de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa. (Teixeira, 2024, p. 54).

Essa decisão foi crucial para uniformizar o entendimento, de âmbito nacional, sobre a atuação do Ministério Público no que concerne às fundações públicas de direito privado, afastando eventuais divergências que poderiam existir entre as diferentes unidades do Ministério Público quanto ao velamento dessas fundações.

Assim, o texto final do art. 2º da Resolução nº 300/2024 ficou redigido da seguinte forma:

Art. 2º – É atribuição de cada unidade do Ministério Público velar pelas fundações de direito privado, nacionais ou estrangeiras, que atuem no respectivo território estadual ou distrital, exceto:

I – as fundações públicas de direito privado com contas prestadas ao respectivo Tribunal de Contas;

II – as fundações de direito privado estrangeiras autorizadas a funcionar no país e que não recebam verbas brasileiras de qualquer natureza;

III – as fundações de previdência complementar, na forma das Leis Complementares Federal nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001;

IV – outras fundações excluídas do regime de velamento por expressa disposição de lei.

Com a aprovação dessa redação, e a posterior publicação da Resolução do CNMP nº 300/2024, formalizou-se a exclusão das fundações públicas de direito privado do velamento ministerial, uniformizando o entendimento em âmbito nacional e afastando divergências que poderiam existir entre os Ministérios Públicos estaduais.

3 O regime jurídico diferenciado das fundações públicas de direito privado em face das fundações tipicamente privadas

A distinção entre as fundações públicas de direito privado e as fundações privadas, estas reguladas com base na exegese do Código Civil, especialmente pelos arts. 66 e seguintes, é crucial para se compreender as diferenças no regime jurídico e nas obrigações a que cada uma está sujeita.

Nesse contexto, registramos, inicialmente, que as fundações públicas de direito privado, embora dotadas de personalidade jurídica de direito privado, são criadas por lei e integram a Administração Pública Indireta, sendo, por isso, submetidas a um regime muito mais próximo do direito público do que suas contrapartes privadas.

De acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, recepcionado pela Constituição Federal, essas fundações possuem um regime jurídico peculiar, sendo obrigadas a observar normas específicas, como a Lei de Licitações, que lhes impõe a necessidade de licitar para a aquisição de bens e serviços, salvo nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas em lei. Esse controle é exercido em três níveis, conforme a doutrina de Carvalho Santos, citado na obra de José Eduardo Sabo Paes:

- (i) Controle político, que decorre da relação de confiança entre os órgãos de controle e os dirigentes da entidade controlada (estes são indicados e nomeados por aqueles);
- (ii) Controle administrativo, pelo qual a Administração Direta fiscaliza se a fundação está desenvolvendo atividade consoante com os fins para os quais foi instituída; e
- (iii) Controle financeiro, exercido pelo Tribunal de Contas, tendo a entidade o encargo de oferecer sua prestação de contas para a apreciação por aquele Colegiado. (Santos *apud* Paes, 2020, p. 207).

Esses mecanismos de controle estabelecem que, apesar de serem classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, as fundações públicas de direito privado são sujeitas a um regime de controle público robusto e detalhado, o que lhes confere uma autonomia limitada e sempre subordinada aos interesses públicos e ao princípio da legalidade, como se fossem um braço da Administração Pública, no contexto do processo de descentralização estatal.

Acrescente-se, a título ilustrativo, que, enquanto as fundações públicas de direito privado estão sujeitas ao regime da Lei de Licitações, as fundações privadas, por outro lado, não se submetem a tal regime. Contudo, estas últimas devem observar os princípios gerais da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sobretudo quando gerenciam patrimônio social

destinado à consecução de finalidades de interesse coletivo, em consonância com o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

Pondera-se, ainda, que a única semelhança entre as fundações públicas de direito privado e as fundações tipicamente privadas reside na obrigatoriedade de ambas registrarem seus atos constitutivos no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas. No entanto, como já mencionado, as fundações públicas de direito privado estão imunes às regras de velamento previstas no Código Civil, em virtude de seu regime jurídico especial. Este modelo institucional, como reconhecido pela doutrina e jurisprudência, caracteriza-se como um regime híbrido, aproximando-se mais das estruturas autárquicas do que das entidades regidas pelo Código Civil, tendo em vista que essas fundações se sujeitam a uma série de normas de direito público.

No campo doutrinário, apesar de existirem opiniões contrárias, há um entendimento amplamente aceito de que a duplicidade de controle sobre essas instituições, exercida tanto pelo Tribunal de Contas quanto pela Promotoria de Tutela das Fundações, não é necessária. Renomados administrativistas, como Maria Sylvia Zanella di Pietro, argumentam que a fiscalização do Ministério Público sobre fundações públicas de direito privado é redundante, uma vez que essas entidades já estão sujeitas ao controle administrativo e financeiro do Tribunal de Contas e da Administração Pública. Di Pietro enfatiza:

A fiscalização pelo Ministério Público, com relação às fundações governamentais, mesmo as de direito privado, é totalmente desnecessária, pois apenas sobrecarrega a entidade com duplicidade de controles que têm o mesmo objetivo. A tutela administrativa a que se sujeitam essas entidades já visa assegurar a realização dos objetivos fixados nos atos de constituição da entidade, a harmonia com a política e a programação do Governo no setor de atuação da entidade, a eficiência administrativa e o controle administrativo, operacional e financeiro da entidade. (Di Pietro, 2007, p. 407-408).

Nesse sentido, foi com base no regime jurídico próprio e *sui generis* das fundações públicas de direito privado que alguns Ministérios Públicos, e agora o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

consolidaram o entendimento de que a fiscalização e o acompanhamento dessas fundações são atribuições das Promotorias de Patrimônio Público, e não das Promotorias encarregadas do velamento de fundações privadas.

Essa mesma inteligência encontra guarida em decisões como a proferida no Conflito de Atribuições entre a 8ª Promotoria de Justiça de Piracicaba (Patrimônio Público e Social) e a 12ª Promotoria de Justiça de Piracicaba (Curadoria de Fundações), na qual se reconheceu que fundações instituídas pelo Poder Público, ainda que com personalidade jurídica de direito privado, estão submetidas a aspectos do regime jurídico de direito público, como a obrigatoriedade de licitação, concurso público e fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Conforme consta da ementa do julgado:

Conflito negativo de atribuições. [...] A fundação instituída pelo Poder Público, mesmo que ostente personalidade jurídica de direito privado, submete-se, ainda que parcialmente, ao regime jurídico de direito público, como a obrigatoriedade de contratação por concurso público, a fiscalização pelo Tribunal de Contas, a realização de licitação e a submissão ao teto constitucional. [...] Conflito conhecido e dirimido, cabendo ao suscitante (8º Promotor de Justiça de Piracicaba) prosseguir na investigação e adotar as medidas pertinentes. (SIS MP 14.0723.0001510/2016-4 - Protocolado nº 14.341/18 - São Paulo, 2018.)

Diante desse cenário, que envolve todas essas nuances entre os regimes jurídicos das fundações públicas de direito privado e das fundações tipicamente privadas, foi com base nesses fundamentos que a decisão do CNMP foi editada, consolidando a exclusão das fundações públicas de direito privado do regime de velamento ministerial.

Nesse contexto, a decisão proferida na Proposição nº 1.00601/2023-52, de relatoria do Conselheiro Antônio Edílio Magalhães Teixeira, levou em consideração as especificidades dessas fundações, já submetidas a rigorosa fiscalização pelos Tribunais de Contas e pela Administração Direta, tornando desnecessária a duplicidade de fiscalização pelo Ministério Público. Conclui-se, assim, que o CNMP buscou

evitar a sobreposição de competências, dado que o Ministério Público já desempenha seu papel na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa dessas entidades.

4 A função do 40º Promotor de Justiça de Fundações e Patrimônio Público à luz da decisão do CNMP

No caso específico do Ministério Público da Paraíba, a Resolução CPJ nº 21/2018 já está plenamente alinhada à recente decisão do CNMP, uma vez que, ao tratar do velamento pelo 40º Promotor de Justiça, não faz menção expressa às fundações públicas de direito privado. Assim, no que se refere ao tema central deste artigo, entendemos que o nosso regramento local dispensa qualquer adaptação ou alteração, como será demonstrado a seguir.

Transcreve-se, para melhor compreensão, a disposição constante do artigo 3º da Resolução CPJ nº 21/2018:

Art. 3º – As atribuições dos cargos de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de João Pessoa, de 3ª entrância, serão exercidas da seguinte forma:

XL – 40º Promotor de Justiça, extrajudicialmente, em matéria das fundações e do patrimônio público municipal e estadual, neste último quando do envolvimento das referidas entidades, incluindo a instauração de procedimento cível e a propositura da respectiva ação, com acompanhamento desta até seu final julgamento.

Conforme se depreende da transcrição supramencionada, o artigo 3º, inciso XL, da Resolução CPJ nº 21/2018 confere ao 40º Promotor de Justiça a atribuição de atuar como órgão de execução, encarregado de exercer o velamento das entidades integrantes do Terceiro Setor, nos termos do artigo 66 do Código Civil.

Por outro lado, no que tange à defesa do patrimônio público, tratada na segunda parte do inciso XL da referida resolução, ao estabelecer a expressão “...neste último quando do envolvimento das referidas entidades...”, observa-se que a atuação ministerial está diretamente vinculada aos laços formais que se emolduram entre as entidades

veladas e o Poder Público, seja este estadual ou municipal. Assim, havendo um vínculo formal entre a entidade velada e o Poder Público, que se subsuma às disposições do artigo 66 do Código Civil, estará legitimada a atuação do 40º Promotor de Justiça, inclusive na defesa do patrimônio público.

Ressalte-se que essa atuação, a defesa do patrimônio público, pressupõe que a tutela da probidade administrativa tenha como fato gerador eventual transgressão detectada nas relações entabuladas entre as instituições do Terceiro Setor e o Poder Público, sendo dita relação o fio condutor indissociável para ação nessa importante seara. Do contrário, isto é, permitir que o 40º Promotor de Justiça atue autonomamente na defesa do patrimônio público, sem que exista tal vinculação com as fundações veladas, geraria uma sobreposição indevida de atribuições com as Promotorias do Patrimônio Público, cujas competências são distintas e delimitadas. Isso criaria uma ambiguidade indesejável na divisão de responsabilidades dentro do próprio Ministério Público, distorcendo as funções especializadas estabelecidas para a Promotoria de Fundações.

5 Aplicabilidade da decisão do CNMP à Fundação Paraibana de Gestão em Saúde

A Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB Saúde) ilustra, de forma prática, a aplicação da Resolução nº 300/2024 do CNMP no contexto das entidades públicas de direito privado, consolidando sua exclusão do regime de velamento ministerial. Criada pela Lei Complementar Estadual nº 151/2020, a referida entidade integra a Administração Pública Indireta do Estado da Paraíba, estando vinculada à Secretaria de Estado da Saúde (SES). Conforme previsto no art. 3º da mencionada lei, a instituição faz parte do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo objeto de controle pela Controladoria Geral do Estado e pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, conforme determina o art. 24 da Lei Complementar nº 151/2020 (Paraíba, 2020).

É importante destacar que o art. 2º da mesma lei é categórico ao afirmar que a Fundação de Gestão em Saúde, embora sujeita à inscrição de seus atos constitutivos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se submete às disposições do Código Civil referentes às fundações priva-

das (Paraíba, 2020). Essa previsão normativa afasta qualquer interpretação que pudesse subsumir a organização ao regime de velamento previsto no art. 66 do Código Civil, norma destinada a fundações de direito privado.

A deliberação do CNMP, ao excluir expressamente as fundações públicas de direito privado com contas prestadas ao Tribunal de Contas da esfera de atuação do Ministério Público no velamento, aplica-se de maneira direta à Fundação Paraibana. A entidade, portanto, permanece sob a supervisão da Controladoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas, afastando a necessidade de fiscalização adicional por parte do Ministério Público encarregado do velamento de fundações privadas (CNMP, 2024).

Assim, o posicionamento do CNMP consolida a distinção entre as fundações públicas de direito privado e as fundações tipicamente privadas, reconhecendo a especificidade do regime jurídico aplicável às primeiras, que, como no caso da Fundação de Gestão em Saúde, já estão submetidas a mecanismos de controle próprios e suficientes, dispensando a intervenção do Ministério Público no seu velamento (CNMP, 2024).

6 Conclusão

A Resolução nº 300/2024, promanada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), estabelece um marco importante na uniformização da atuação ministerial no que tange ao velamento das fundações de direito privado. Ao contribuir para a racionalização das atribuições do Ministério Público, a medida elimina a sobreposição de funções com os Tribunais de Contas no que se refere às fundações públicas de direito privado. Com a exclusão dessas entidades do regime de velamento, a resolução não só reflete um amadurecimento institucional, mas também reconhece as especificidades do regime jurídico aplicável a cada tipo de fundação.

No contexto da 40ª Promotoria de Justiça de Fundações e Patrimônio Público de João Pessoa, a resolução fortalece a clareza e delimitação das atribuições do Promotor de Justiça, permitindo uma atuação mais eficiente e direcionada na fiscalização das fundações privadas,

conforme estabelecido no Código Civil. Tal medida evita a duplicidade de controle sobre fundações públicas de direito privado, que já são amplamente fiscalizadas por órgãos estatais e Tribunais de Contas.

Assim, a Resolução nº 300/2024 reafirma o papel primordial do Ministério Público na defesa do patrimônio público e na promoção da probidade administrativa. Ao ajustar a atuação ministerial para evitar redundâncias e conflitos de atribuições, a resolução contribui para uma atuação mais eficiente e alinhada aos princípios constitucionais de legalidade e eficiência, garantindo, de maneira mais clara, a proteção e o cumprimento das finalidades institucionais das fundações privadas.

Referências

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Resolução nº 300/2024*. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br>. Acesso em: 20 out. 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PARAÍBA. Lei Complementar Estadual nº 151, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre a criação da Fundação Paraibana de Gestão em Saúde (PB Saúde). *Diário Oficial do Estado*, João Pessoa, 2020.

PAES, José Eduardo Sabo. *Fundações, associações e entidades de interesse social*. 8. ed. Brasília: Fórum, 2020.

REZENDE, Tomáz de Aquino. *Roteiro do terceiro setor: associações e fundações*. 3. ed. Belo Horizonte: Prax, 2006.

TEIXEIRA, Antônio Edílio Magalhães. *Proposição nº 1.00601/2023-52*. Conselho Nacional do Ministério Público, 2024.